

FINANÇAS PÚBLICAS

2019/2020 (2.º semestre – 2.º Ano - Turma B)

Equipa: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira (Regente)

Professor Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins

Mestre Alexandra Pessanha

Mestre Paulo Marques

Mestre Patrícia Bastos

I. PROGRAMA

INTRODUÇÃO

SECÇÃO I

CONCEITOS GERAIS

1. Primeira aproximação às finanças públicas
2. As finanças públicas como ciência interdisciplinar
3. Finanças Públicas e Direito Financeiro
4. Finanças Públicas e técnica financeira
5. Diferentes visões das finanças públicas. Breve perspectiva histórica
6. Finanças Públicas e finanças privadas
7. Os fenómenos financeiros como fenómenos políticos
8. Finanças e ética pública

SECÇÃO II

INSTRUMENTOS E AGENTES FINANCEIROS

1. Instrumentos e agentes financeiros. Noções preliminares
2. Receitas e despesas públicas. Pluralidade das figuras e inter-relacionamento
3. Orçamento e Conta do Estado
4. Os agentes financeiros
 - 4.1 Parlamento
 - 4.2. Governo
 - 4.3. Administração Pública
 - 4.4. Entes descentralizados
 - 4.5. Agentes de acompanhamento
 - 4.6. A emergência dos agentes supranacionais
5. Órgãos de fiscalização
6. O Tribunal de Contas

PARTE I

CAPÍTULO I

A DECISÃO FINANCEIRA

SECÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

1. O conceito de decisão financeira
2. Decisão Económica

3. Decisão Política
4. As funções clássicas da decisão financeira – estabilização, afectação e distribuição – e sua contestação
5. A *Public Choice* e o constitucionalismo económico: regras fixas *versus* discricionarieidade
6. A racionalidade da decisão financeira
7. Limites (internos e externos) à decisão financeira

SECÇÃO II

O QUADRO ESPACIAL DA DECISÃO FINANCEIRA

1. Descentralização e desconcentração financeira
2. O Estado como agente principal
3. O *fiscal federalism*: fundamentos económicos da descentralização financeira
4. Finanças das Regiões Autónomas
5. Finanças das Autarquias locais
6. A União Económica e Monetária e a decisão financeira

CAPÍTULO II

O FINANCIAMENTO DO ESTADO PELOS IMPOSTOS

1. O financiamento do Estado como problema clássico
2. Do Estado patrimonial ao Estado Fiscal
3. Limites do Estado Fiscal
4. A Constituição Financeira

5. A Constituição Financeira Europeia
6. Razões para o pagamento de impostos
7. Outras receitas públicas
8. A diversidade dos impostos e sua evolução histórica
9. Tributação do Rendimento
10. Tributação do Consumo
11. Tributação do Património
12. Benefícios fiscais
13. As taxas e figuras afins
14. Princípios norteadores da fiscalidade
15. Neutralidade e intervencionismo
16. Justiça e igualdade
17. Eficiência
18. A evasão fiscal. Um ponto de situação e as medidas adoptadas
19. Primeira aproximação à problemática da fiscalidade internacional
20. Breve apresentação do sistema fiscal português

CAPÍTULO III

DÍVIDA PÚBLICA

1. Perspectiva histórica sobre a dívida pública
2. O debate sobre a dívida pública
3. Modalidades de dívida pública

4. Dívida pública e dívida privada
5. Enquadramento jurídico da dívida
6. A repartição de poderes: Assembleia da República, Governo, IGCP
7. Os problemas éticos da dívida. Da justiça intergeracional em especial.
8. A Dívida Pública Portuguesa
9. Tipologia da dívida portuguesa
10. A gestão da dívida
11. O mercado de dívida e seus actores
12. As agências de *rating*
13. As operações sobre a dívida; renegociação e reestruturação
14. O 'default' e exemplos históricos de bancarrota

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DO ESTADO

SECÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

1. As funções do Orçamento do Estado
2. Perspectiva histórica sobre o Orçamento do Estado
3. Sector público e as regras da contabilidade pública e da contabilidade nacional
4. Sector Público e perímetro orçamental

SECÇÃO II

O ORÇAMENTO DO ESTADO

1. O Conteúdo do Orçamento. Articulado e mapas
2. Os poderes do Parlamento e dos deputados
3. O processo de consolidação orçamental
4. Regras orçamentais
5. Execução orçamental
6. Programação orçamental
7. Regras contabilísticas

CAPÍTULO V

DESPESA PÚBLICA

SECÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

1. Caracterização e modalidades
2. As tendências da despesa pública

SECÇÃO II

DA SEGURANÇA SOCIAL EM ESPECIAL

1. A assunção pelo Estado das tarefas de protecção social
2. O Estado Social e os seus críticos
3. Constituição de 1933 e despesa social
4. Constituição de 1976 e segurança social
5. Instrumentos internacionais de protecção da segurança social

6. Segurança social pública ou privada
7. Âmbito da segurança social pública
8. Financiamento e gestão da segurança social
9. Os problemas da segurança social. Perspectivas futuras
10. A hipótese do rendimento básico incondicional

CAPÍTULO VI O CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SECÇÃO I AS QUESTÕES GERAIS DO CONTROLO

1. O moderno controlo financeiro
2. A ligação com o “new public management” e com a redução do sector público
3. Modalidades de controlo financeiro
4. Agentes do controlo financeiro
5. A tentativa de criar uma nova função do Estado

SECÇÃO II DO TRIBUNAL DE CONTAS EM ESPECIAL

1. A fiscalização financeira em geral
2. O papel fundamental do Tribunal de Contas.
3. A estrutura do Tribunal de Contas
4. Natureza jurídica e garantias
5. As modalidades de fiscalização

6. Do visto em especial
7. Da fiscalização sucessiva e concomitante
8. As auditorias
9. Parecer sobre a Conta Geral do Estado
10. Responsabilidade financeira. Modalidades e processo

CAPÍTULO VII

AS QUESTÕES EM ABERTO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

II. BIBLIOGRAFIA

1. Básica

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 2016 (reimp.).

CATARINO, João Ricardo, *Finanças públicas e direito financeiro*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

FRANCO, António de Sousa, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

PEREIRA, Paulo Trigo e NUNES, Francisco, *Economia e Finanças Públicas: da teoria à prática*, 5ª ed., Lisboa, Almedina, 2016.

FERREIRA, Eduardo Paz, *Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito*, Almedina, Coimbra, 2005.

2. Complementar

FRANCO, António de Sousa, LAVRADOR, Rodolfo, CALHEIROS, J.M. Albuquerque, CABO, Sérgio Gonçalves do, *Finanças Europeias. Introdução e Orçamento*, Almedina, Coimbra, 1994.

MORENO, Carlos, *Finanças Públicas. Gestão e controlo dos dinheiros públicos*, Ed. UAL, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo, AFONSO, António, ARCANJO, Manuela, SANTOS, José Carlos Gomes, *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora, Lisboa, 2005.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Lições de Finanças Públicas*, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

SILVA, Aníbal Cavaco e NEVES, João César das, *Finanças públicas e política macroeconómica*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992.

TAVARES, José F. F., *Estudos de administração e finanças públicas*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

TEIXEIRA, António Braz, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, AAFDL, Lisboa, 1992.

Nota: A bibliografia sobre capítulos específicos do Programa será indicada ao longo do semestre.

III. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL (recomenda-se a consulta das versões actualizadas)

- Leis de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro; Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
- Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
- Regime da Administração Financeira do Estado - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;
- Regime das Garantias Pessoais do Estado (Regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público) - Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro;
- Regime geral de Emissão e Gestão da Dívida Pública (Lei-quadro da dívida pública) - Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro;

- Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
- Estatuto do Conselho das Finanças Públicas - Lei n.º 54/2011, de 19 de Outubro;
- Pacto de Estabilidade e Crescimento (Versões de 1997 e 2005);
- «Six Pack» (5 Regulamentos e 1 Directiva);
- Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (Tratado Orçamental);
- «Two Pack» (2 Regulamentos).